



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025
(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Ministro da Controladoria-Geral da União sobre as denúncias envolvendo a Ministra das Mulheres.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requer-se que sejam solicitadas à Controladoria-Geral da União (CGU) informações detalhadas sobre as denúncias veiculadas na imprensa envolvendo a Ministra das Mulheres.

Reportagens divulgadas pela Revista Oeste, pelo jornal O Estado de S. Paulo e pela CNN Brasil noticiaram que a Ministra das Mulheres teria oferecido verbas públicas à então secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, como parte de uma tentativa de negociar sua saída do cargo, além de haver acusações de assédio moral. As denúncias incluem gravações que indicam a oferta de recursos em troca da exoneração da secretária, o que, se confirmado, configura grave violação aos princípios da administração pública.

Diante da gravidade dos fatos narrados, solicito que a CGU informe:

1. Há algum procedimento investigativo formal instaurado pela CGU para apurar as denúncias de assédio moral e racismo além da oferta de verbas públicas em troca da saída de servidores do Ministério das





- Mulheres? Em caso afirmativo, qual o andamento e o prazo estimado para a conclusão das investigações?
2. A CGU realizou auditorias recentes no Ministério das Mulheres, principalmente na alocação de verbas públicas no Ministério das Mulheres? Em caso afirmativo, há constatações relacionadas à gestão de pessoal ou à aplicação de recursos?
3. A CGU já identificou em algum momento práticas semelhantes em outros órgãos ou ministérios? Caso afirmativo, quais foram as providências adotadas?

JUSTIFICAÇÃO

A recente denúncia de assédio moral contra a ministra das Mulheres expõe um grave problema de conduta e gestão em um ministério que deveria ser, por definição, um espaço de proteção, respeito e valorização das mulheres. De acordo com reportagens, a ministra teria oferecido verba pública a uma secretária antes de demiti-la, evidenciando a possível utilização da estrutura pública para favorecimento pessoal e manipulação política. Esse tipo de prática não apenas compromete a ética administrativa, mas também enfraquece a confiança nas instituições governamentais.

É inadmissível que um ministério criado para defender os direitos das mulheres se transforme em um ambiente hostil, onde denúncias de assédio moral são feitas contra a própria liderança. As funcionárias do ministério relatam situações de pressão excessiva, humilhações e clima de intimidação. Esses relatos são especialmente preocupantes, considerando a importância simbólica e prática da pasta na promoção de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero e ao combate à violência contra a mulher.

Esse caso não é isolado no atual governo. Diversos episódios de assédio moral e sexual já foram denunciados em outras esferas da





administração federal, reforçando a percepção de um ambiente tóxico e de desrespeito dentro da estrutura governamental. Essas ocorrências revelam uma falha sistêmica na forma como o governo tem lidado com questões internas de respeito e dignidade no ambiente de trabalho. A recorrência dessas práticas indica a necessidade urgente de investigações rigorosas e de mecanismos efetivos de proteção aos servidores públicos.

Diante das denúncias apresentadas, é fundamental que o governo federal adote uma postura firme e transparente. A Controladoria-Geral da União (CGU) tem papel essencial nesse processo, conduzindo investigações com seriedade e celeridade para assegurar que todas as partes envolvidas sejam ouvidas e que eventuais responsabilidades sejam apuradas. A impunidade nesse caso enviaria uma mensagem perigosa, indicando que práticas abusivas podem ser toleradas, mesmo nos mais altos escalões da administração.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MESSIAS DONATO

